

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

FELIPE RICARDO BISCAIA

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA APLICABILIDADE DA ABORDAGEM
TRIDIMENSIONAL DO PODER NO ESTUDO DE GRUPOS DE TRABALHADORES
PRECÁRIOS**

CURITIBA

2018

FELIPE RICARDO BISCAIA

**ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA APLICABILIDADE DA ABORDAGEM
TRIDIMENSIONAL DO PODER NO ESTUDO DE GRUPOS DE TRABALHADORES
PRECÁRIOS**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Especialista em Sociologia Política, no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa.

CURITIBA

2018

TERMO DE APROVAÇÃO

FELIPE RICARDO BISCAIA

ANÁLISE EXPLORATÓRIA DA APLICABILIDADE DA ABORDAGEM TRIDIMENSIONAL DO PODER NO ESTUDO DE GRUPOS DE TRABALHADORES PRECÁRIOS

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Sociologia Política, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa
Departamento de Sociologia, UNIVERSIDADE FEDERAL
DO PARANÁ

Curitiba, 24 de janeiro de 2018.

AGRADECIMENTOS

Sou grato aos familiares, à professora Silmara, ao Ali, à Giovana, ao professor Paulo, aos colegas do programa Patronato Penitenciário e aos amigos que fiz durante este curso de especialização. O apoio, o exemplo, a hospitalidade, o compromisso e o diálogo sempre frutífero com cada pessoa presente nesta caminhada foram fundamentais neste esforço de pesquisa.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a aplicabilidade da abordagem tridimensional do poder apresentada por Steven Lukes e John Gaventa no estudo da relação de poder entre um segmento de trabalhadores precários e o Estado na condição de empregador. Nesta análise foi possível comparar os conceitos sobre Poder e processos decisórios que se desenvolveram ao longo dos programas de pesquisa estrutural-marxista (objetivista) e pluralista (subjativista). Analisaremos os avanços que a articulação destas abordagens proposta por Gaventa (1980) e Lukes (1980), em que estes autores são, a nosso ver, pontos de contato entre as perspectivas. A partir desta análise, cabe perguntar: em que medida aqueles dois eixos teóricos podem ser conjugados no que se refere ao conceito sobre Poder e no que se refere à abordagem de uma relação de poder inserida num contexto político-ideológico ao qual tentamos tanto quanto possível traçar os contornos? Sugere-se que o programa de pesquisa subjativista (Dahl, 2015), também denominado abordagem unidimensional, apresenta limitações analíticas ao se abordar o objeto proposto; e que a abordagem tridimensional demanda um exercício de investigação que escapa ao nosso horizonte intelectual e à extensão da investigação que por ora nos propomos, daí o caráter exploratório. Ainda, uma segunda problemática tentou apresentar as vantagens e desvantagens da metodologia adotada em cada linha teórica. Pretendemos com esta investigação identificar e relacionar hipóteses pelas quais a mobilização de um grupo em condições de privação de recursos não ocorre, propondo com isso uma reflexão em torno da teoria política contemporânea. O método de pesquisa será o hipotético-dedutivo e a técnica será a pesquisa bibliográfica, de forma a sistematizar os aspectos relevantes sobre os conceitos de Poder nos vieses objetivista e subjativista e a propor o instrumental teórico lukiano e gaventiano como solução provisória ao problema proposto (Lakatos, 1991, p.95).

Palavras-chave: Poder. Precarização. Apatia política.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the applicability of the three-dimensional approach to power presented by Steven Lukes and John Gaventa in the study of the power relationship between a segment of precarious workers and the State as an employer. In this analysis it was possible to compare the concepts of power and decision-making processes that have developed throughout the structural-Marxist (objectivist) and pluralist (subjectivist) research programs. We will analyze the advances that the articulation of these approaches proposed by Gaventa (1980) and Lukes (1980), in which these authors are, in our view, points of contact between the perspectives. From this analysis, it is necessary to ask: to what extent can these two theoretical axes be combined with regard to the concept of Power and with regard to the approach of a relation of power inserted in a political-ideological context to which we try as much as possible to trace the outlines? It is suggested that the subjectivist research program (Dahl, 2015), also called one-dimensional approach, presents analytical limitations when addressing the proposed object; and that the three-dimensional approach demands an investigation exercise that escapes our intellectual horizon and the extension of the research that we are proposing for the present, hence the exploratory character. Still, a second problematic tried to present the advantages and disadvantages of the methodology adopted in each theoretical line. We intend with this research to identify and relate hypotheses by which the mobilization of a group in conditions of resource deprivation does not occur, thus proposing a reflection on contemporary political theory. The research method will be hypothetico-deductive and the technique will be the bibliographical research, in order to systematize the relevant aspects about the concepts of Power in the objectivist and subjectivist biases and to propose the Lukian and Gaventian theoretical instruments as a provisional solution to the proposed problem (Lakatos, 1991, p.95).

Key-words: Power. Precariousness. Political apathy.

SUMÁRIO

Introdução.....	08
PARTE I.....	09
1.1 Contexto histórico da reestruturação produtiva e do precariado.....	09
1.2 O CONCEITO DE PRECARIADO.....	11
1.3 TRABALHO PRECARIZADO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS.....	11
1.4 CONCEITO DE PRECARIZAÇÃO.....	12
1.5 OS PATRONATOS PENITENCIÁRIOS.....	13
1.6 O EDITAL N. 002/2015 USF.....	14
PARTE II.....	16
2.1 A aplicabilidade da abordagem tridimensional do poder ao objeto proposto: hipóteses pelas quais a mobilização em relação ao grupo objeto da pesquisa no contexto delimitado não ocorre.....	16
2.2 A abordagem unidimensional ou A abordagem do poder pela primeira dimensão.....	17
2.3 A abordagem bi-dimensional ou A abordagem do poder pela segunda dimensão.....	20
2.4 A abordagem tridimensional do poder ou A abordagem do poder pela terceira dimensão.....	22
Considerações Finais.....	25
Referências.....	28
Anexo.....	32

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho procura desenvolver uma análise exploratória para o entendimento da quiescência e da contestação em um grupo relativamente apático em uma situação de alta desigualdade.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho é procurar desenvolver hipóteses e, a partir das hipóteses desenvolvidas, desenvolver indicações como possíveis respostas à seguinte questão: por que, numa situação de evidente privação de recursos (“glaring deprivation”, na linguagem de John Gaventa, 1980), numa relação de poder entre um segmento da classe trabalhadora e o Estado na condição de empregador (entre bolsistas e uma burocracia estatal como categoria social específica) não ocorre o desafio em relação a esta situação, não ocorre a mobilização do grupo privado de recursos?

Para tanto, buscaremos operacionalizar o instrumental teórico desenvolvido por John Gaventa (1980) e sua abordagem tridimensional do poder, considerando que este autor pluralista, de orientação subjetivista, segue a linha do desenvolvimento crítico da abordagem pluralista que se deu a partir das análises de Bachrach & Baratz (1969) e Steven Lukes (1990) (Clemente, 2011, p. 1).

O objeto do estudo proposto é um grupo de bolsistas recém-formados inseridos em projetos de extensão universitária no Estado do Paraná, tratando-se de um segmento de trabalhadores inseridos em contexto de precarização do trabalho.

Inicialmente (PARTE I), será desenvolvido brevemente o contexto histórico e as determinações sócio-econômicas em que está inserido este grupo de bolsistas e o contexto específico do fenômeno da precarização do trabalho de jovens recém-formados no estado do Paraná, inseridos em projetos de extensão universitária.

Consideramos que uma exposição das determinações sócio-históricas em que se insere o grupo objeto desta pesquisa contribuirá para o esclarecimento de um dos pressupostos desta pesquisa, que é a condição de privação de recursos, seguindo a linha do próprio Gaventa (1980) ao desenvolver este aspecto metodológico em sua obra.

Na PARTE II, será apresentada a metodologia utilizada para a análise da relação de poder objeto deste estudo com as justificativas para a adoção da

abordagem gaventiana e as vantagens e desvantagens da abordagem do objeto da presente pesquisa sob a perspectiva da teoria tridimensional do poder.

Proporemos ainda neste estudo da aplicabilidade da abordagem tridimensional a técnica da comparação com grupos em situação similar de privação.

PARTE I

1.1 CONTEXTO HISTÓRICO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DO PRECARIADO

O capitalismo monopolista começou a dar seus primeiros sinais de crise no Brasil entre o final da década de 1960 e início da década de 1970, depois de uma longa onda expansiva. Teve início então o desgaste do modelo rígido de acumulação (fordismo); o índice de desemprego cresceu; caíram as taxas de lucros e aumentou a inflação. Com isso, as lutas sociais do trabalho passaram a reclamar diretamente o controle social da produção. Esse sistema de reprodução social, diante do quadro apresentado, não conseguiu dar respostas para a crise que vinha tomando proporções globais (NETTO e BRAZ, 2007 apud BEZERRA et TAVARES; 2009).

Como o capital está sempre buscando novas formas de reestruturação através de mecanismos que propiciem as condições necessárias à sua existência (uma estratégia de sobrevivência do capital), a partir de então passou a implementar um vasto processo de reestruturação, exigindo mudanças tanto na base produtiva quanto no âmbito das ações do Estado. No Brasil, esses processos começaram a ser implementados a partir da década de 1990, com a inserção do país no paradigma da globalização do capital e adoção do ideário neoliberal, através das chamadas “Reformas de Estado” (governos Collor e Cardoso). Neste contexto, o Estado passou a assumir a postura neoliberal de minimização de suas ações na área social e econômica, de forma que essas medidas afetaram profundamente a realidade da classe trabalhadora. (BEHRING, 2003 apud BEZERRA et TAVARES, 2009).

Para Alves e Antunes (2004, p. 336):

Com a retração do binômio taylorismo/fordismo, vem ocorrendo uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e

especializado, herdeiro da era da indústria verticalizada de tipo taylorista e fordista. Esse proletariado vem diminuindo com a reestruturação produtiva do capital, dando lugar a formas mais desregulamentadas de trabalho, reduzindo fortemente o conjunto de trabalhadores estáveis que se estruturavam por meio de empregos formais.

Neste contexto de desregulamentação, podemos observar o fenômeno da precarização do trabalho de profissionais recém-formados, egressos do Ensino Superior, inseridos em projetos de extensão universitária em instituições de ensino superior, no estado do Paraná – BR. Como referencial para esta pesquisa (e para um dos nossos pressupostos, que é a condição de privação de recursos de um grupo em relação ao outro, numa relação de poder) utilizou-se de análise do edital público do Programa Universidade Sem Fronteiras – USF n. 02/2015 (com início da execução previsto para 2016) da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, desenvolvida em Biscaia e Silva (2017 a), Biscaia e Silva (2017b) e Biscaia e Tawfeiq (2016).

As questões em torno das quais o desenvolvimento das análises acima propostas foram as seguintes: qual é a natureza da relação que se estabelece entre os projetos de extensão universitária e os bolsistas recém-formados por eles selecionados a partir do regulamento do edital n. 02/2015 SETI-SESP? De que maneira seria possível observar um padrão de precariedade na relação entre os profissionais recém-formados e os projetos de extensão?

Estas análises consistiram em buscar evidências relacionadas à condição de precariedade deste grupo e à abrangência do fenômeno. Remetendo a estes trabalhos (como se verá adiante) a finalidade é evidenciar uma relação de poder e, dentro desta relação, a privação de recursos, que é um dos elementos do pressuposto da pergunta de análise principal.

Por privação de recursos entendemos aqui a privação de direitos trabalhistas e sociais a que teriam direito estes trabalhadores. É importante considerar que, neste sentido, uma contestação/mobilização por parte do grupo privado dos recursos teria um caráter reacionário, pois, como indicamos nos trabalhos anteriores (Biscaia e Silva, 2017; Biscaia e Tawfeiq, 2016) a subsunção do fato à norma posta seria suficiente para a configuração da relação de emprego e da atribuição a estes trabalhadores dos direitos trabalhistas e sociais.

Este trabalho pretende colaborar teórica e, quiçá, politicamente em três aspectos: 1) ampliar o debate sobre precariedade e precarização do trabalho a partir

de um objeto não recorrentemente analisado; 2) expor as características, as contradições e as consequências das ações de instituições que se apresentam como promotoras e defensoras de políticas de desenvolvimento social de populações vulneráveis; 3) produzir uma análise exploratória de uma relação de poder envolvendo um grupo relativamente impotente (um grupo subalterno) a partir da teoria tridimensional do poder desenvolvida por Lukes (1980) e operacionalizada por John Gaventa (1980).

1.2 O CONCEITO DE PRECARIADO

O conceito de precariado utilizado nesta pesquisa vai ser aquele adotado por Giovanni Alves (2013, texto não paginado) que assim conceitua:

“Tenho utilizado o conceito de precariado num sentido bastante preciso que se distingue, por exemplo, do significado dado por Guy Standing e Ruy Braga. Para mim, precariado é a camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social.”

1.3 TRABALHO PRECARIZADO E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: APROXIMAÇÕES POSSÍVEIS

É preciso indicar – e este é um ponto a ser problematizado neste trabalho - que, de acordo com Ricardo Antunes (1995 e 1999), a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho – é a classe-que-vive-do-trabalho, conforme sua denominação. Esta classe vem presenciando um processo multiforme, uma fragmentação, processo este que afeta significativamente a população trabalhadora jovem (Alves, 2013).

É difícil, conforme Harvey (2008, p.143), esboçar um quadro geral claro das novas formas de trabalho na pós-modernidade, visto que o propósito dessa flexibilidade é satisfazer as necessidades com frequência muito específicas de cada empresa, de cada empregador.

Entre estas formas denominadas desregulamentadas ou flexíveis, uma em específico constitui-se no âmbito das práticas de extensão universitária no Estado do Paraná, a partir de editais públicos de financiamento de ações de extensão universitária no Estado. Neste âmbito emerge uma nova “figura” – a do “bolsista

recém-formado”, egresso do ensino superior. Em Biscaia e Silva (2017a) o estudo da relação estabelecida entre o bolsista e o projeto de extensão foi feito a partir de uma análise temática, hermenêutica, de caráter histórico e sociológico do regulamento do edital SETI/SESP/USF n. 002/2015, relacionando-se a produção deste regulamento com o contexto político-ideológico e suas consequências para o mundo do trabalho, especificamente para o grupo objeto desta pesquisa.

O presente edital regulamenta, entre outras questões, o financiamento, o porte, a composição e a forma de contratação de equipes multiprofissionais para subsidiar o funcionamento de Patronatos Penitenciários em diversos municípios do Estado.

Uma análise exploratória demonstrando indícios de disparidade entre a realidade material e a realidade formal na relação entre bolsista recém-formado e o projeto de extensão universitária, num estudo de caso do Programa Patronato Penitenciário de Ponta Grossa, encontra-se em Tawfeiq e Biscaia (2016).

1.4 CONCEITO DE PRECARIZAÇÃO

A precarização do trabalho, de acordo com Sá (2010, p. 2):

“[...] corresponde a uma situação laboral marcada pela precariedade, que se opõe ao contrato de trabalho tradicional que assegurava ao trabalhador um trabalho a tempo inteiro, com duração indeterminada e com proteção social (reforma, subsídio de desemprego, férias, etc.).”

Ainda de acordo com Teresa Sá (2010), pode-se associar o trabalho precário, apesar da dificuldade em encontrar uma definição comum e rigorosa, a quatro características, que não podem deixar de ser consideradas privações de recursos, quais sejam: i) insegurança no emprego; ii) Perda de regalias sociais; iii) Salários baixos; iv) Descontinuidade nos tempos de trabalho.).

De acordo com a mesma autora (Sá, 2010) o trabalho precário é associado

“à instabilidade (impossibilidade de programar o futuro – situação dos jovens que ficam até mais tarde em casa dos pais); à incapacidade económica (impossibilidade de fazer face aos “riscos sociais” e de assegurar as despesas económicas do quotidiano – o surgimento dos “novos pobres”); e à alteração dos ritmos de vida (alteração nos horários de trabalho e da relação entre trabalho/desemprego).”

Neste sentido, Claus Offe (1994, p. 53) indica que

"mulheres, estrangeiros, jovens, empregados mais velhos e deficientes físicos defrontam-se com um problema estrutural de concepção mal definida de qual é realmente sua forma "normal" de existência social - um problema que os empregados do sexo masculino, fisicamente capazes, de meia-idade e naturais do país (que não "desfrutam" da opção de não participação no mercado de trabalho) nunca encontram."

Diz ainda (1994, p. 60), referindo-se a segmentos como o de mulheres mais jovens que trabalham, que se adaptam à possibilidade de "interrupção" de sua carreira ao constituírem família, trabalhadores estrangeiros que pretendem retornar ao seu país de origem e às suas oportunidades econômicas e trabalhadores rurais que se dedicam a outro trabalho além do principal e que freqüentemente só entram sazonalmente no mercado de trabalho, que estes tem seus níveis de interesse em fatores como emprego, carreira, mobilidade, renda e condições de trabalho mais baixos do que os empregados "normais", por razões totalmente racionais.

Esta seria uma razão, segue dizendo o sociólogo alemão (2004, p. 60), pela qual estes trabalhadores são freqüentemente considerados pelos empregadores como tendo mais "paciência" do que a média e uma "capacidade maior de suportarem o stress".

Menciona ainda (Offe, 1994, pp. 39-40) o que chama de "desemprego disfarçado". Ele dá como exemplo a situação de estudantes que, prevendo problemas de emprego, continuam a estudar. "Nesses casos", indica este autor, "uma parcela da oferta da força de trabalho, que se encontra sem qualquer perspectiva de emprego, pode permanecer fora do mercado de trabalho [formal] porque tem possibilidades de obter recursos junto à família ou a instituições públicas".

Giovanni Alves (2014), em artigo intitulado "A derrelição de Ícaro" fala sobre a frustração de expectativas e indignação social como atributos existenciais da condição de proletariado do jovem precário altamente escolarizado.

Entre os aspectos indicados por estes autores é interessante observar, entre as principais características da precariedade, a privação de recursos e determinadas respostas ou reações, por assim dizer, deste grupo a situações de privação numa relação de poder.

1.5 OS PATRONATOS PENITENCIÁRIOS

Os Patronatos são órgãos de execução penal, com previsão na Lei de Execução Penal (lei n. 7.210/84, art. 61, VI) e sua institucionalização no estado do Paraná, nos municípios das universidades estaduais¹, se dá por meio das chamadas ações de extensão universitária financiadas pela Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia – SETI, do Paraná, em parceria com a Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, através de edital público específico do Programa Universidade Sem Fronteiras - USF. O objetivo dos Patronatos é atuar como órgão de execução penal fiscalizando o cumprimento das penas e ou medidas alternativas, conforme alude a lei de execução penal (Lei 7.210/1984) nos municípios. Para tanto, prestam atendimento jurídico, pedagógico, psicológico e social a um público constituído por indivíduos egressos do sistema penitenciário e/ou que cumprem medidas e/ou penas alternativas à privação de liberdade, desenvolvendo projetos que levem a uma reflexão da realidade deste indivíduo e de seu delito e que contribuam para o fortalecimento de suas relações de convívio social e exercício da cidadania (Rocha, 2016). Este trabalho é realizado junto a Juizados Criminais, Varas Criminais e de Medidas Alternativas, Justiça Federal e Justiça Militar, Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Ministério Público. Os portes de atendimento dos Programas Patronatos, conforme o edital 002/2015 SETI/USF varia do porte I ao porte IV, para o atendimento de até 500 atendimentos por mês até mais de 1500 atendimentos por mês, respectivamente.

1.6 O EDITAL N. 002/2015 USF

O governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI, e da Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária – SESP, tornou público o Subprograma Incubadora dos Direitos Sociais – PATRONATO no âmbito do Programa de Extensão “Universidade Sem Fronteiras” - USF/SETI parte integrante do Programa Paraná Inovador, da Seti, convidando sete instituições de ensino superior (Universidade Estadual de Londrina -UEL, Universidade Estadual de Maringá -UEM, Universidade

¹ De acordo o Departamento Penitenciário do Paraná (DEPEN-PR), os Patronatos Penitenciários estão instituídos em Curitiba (Patronato Central) e nas cidades de Apucarana, Foz do Iguaçu, Francisco Beltrão, Guarapuava, Jacarezinho, Pitanga, Pontal do Paraná, Campo Mourão, Irati, Maringá, Paranaguá, Paranavaí, Ponta Grossa, Toledo, Cascavel e Londrina. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br> . Acesso em 30 de abril de 2017.

Estadual de Ponta Grossa -UEPG, Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Universidade Estadual do Centro-Oeste -UNICENTRO, Universidade Estadual do Norte do Paraná -UENP e a Universidade Estadual do Paraná - UNESPAR), a apresentarem projetos para o Programa Patronato, conforme as disposições do edital 002/2015 USF.

Este edital prevê carga horária de atividades diárias do bolsista recém-formado atuante no Programa Patronato de Ponta Grossa é de 40 (quarenta) horas semanais, não permitindo a realização de outras atividades de trabalho e ou de formação profissional e ou acadêmica, durante o período diurno. Não há permissão para que o profissional seja bolsista e exerça outra atividade de trabalho remunerada com vínculo empregatício, no período de concessão da bolsa, ainda que em horário diverso de suas atividades. O instrumento jurídico que é celebrado entre a Universidade e o profissional, denominado “Termo de Compromisso do Bolsista” possui caráter civil, não dispondo de qualquer outro benefício ao bolsista a não ser a bolsa de auxílio financeiro (Biscaia e Tawfeiq, 2016). O valor da bolsa pago ao recém-formado não sofre reajuste durante a vigência dos editais. Em 2013 este valor era de R\$ 1.770,00 (Um mil, setecentos e setenta reais) tendo sido reajustado para R\$1.880,00 (um mil, oitocentos e oitenta reais) em 2015 e para R\$2000,00 (dois mil reais) em 2016.

A forma de extinção da relação entre estes profissionais e o Programa se dá pela rescisão unilateral do Termo de Compromisso, interrompendo-se o pagamento da bolsa, “sem indenização de qualquer espécie, na ocorrência de caso fortuito, força maior, ou graves mudanças econômicas que impossibilitem a manutenção das bolsas concedidas” (Universidade Estadual de Ponta Grossa; 2016).²

Delgado (2015, p. 211), ao tratar do problema da diferença entre realidades materiais e realidades formais nas relações de trabalho, quando da discussão sobre o princípio da primazia da realidade sobre a forma (princípio do contrato realidade), afirma que a intenção das partes na relação jurídica e a prática concreta efetivada na prestação de serviços devem prevalecer sobre a vontade eventualmente manifestada pelas partes, presentes os elementos fático-jurídicos de uma relação de emprego.

Filgueiras (2012. p. 77-78) indica que, para que se considere como relação de emprego a relação entre o tomador de serviço e o executante da atividade, quatro elementos devem ser detectados: pessoalidade, subordinação jurídica,

² A Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI-PR coloca à disposição na internet um modelo sugerido para o termo de compromisso de bolsista, disponível em: <https://tinyurl.com/lcv4fvd>. Acesso em 30 de abril de 2017.

habitualidade e onerosidade. Assim, independente do tipo de relação formalmente constituída, reunindo-se materialmente características típicas, considera-se há uma relação de trabalho.

PARTE II

2.1 A aplicabilidade da abordagem tridimensional do poder ao objeto proposto: hipóteses pelas quais a mobilização em relação ao grupo objeto da pesquisa no contexto delimitado não ocorre

Partindo da análise exposta na Parte I, vamos à análise principal que esta pesquisa procura desenvolver.

Este estudo vai explorar uma possível explicação: em situações de desigualdade, a resposta política do grupo privado de recursos pode ser vista como uma função das relações de poder, de forma que o poder serve para o desenvolvimento e a manutenção da quiescência da não-elite (Gaventa, 1980, p. 169-171).

O principal argumento contrário à metodologia da abordagem tridimensional é pressupor no grupo objeto de estudo que a mobilização deveria ocorrer, ou seja, o pressuposto é normativamente colocado pelo pesquisador, que o define subjetivamente como relevante; como argumentos principais a favor teríamos I) as evidências acima apresentadas (itens 1 a 2.4, Parte I) de que a privação de recursos ocorre e II) o fato de que, em condições similares, segmentos de trabalhadores em outros países que guardariam uma relação de identidade com o grupo objeto da pesquisa desenvolvem ações de contestação.

É importante trazer aqui os aspectos em que este estudo acrescenta e avança em relação aos trabalhos anteriores que publicamos e aos trabalhos dos autores comentados na primeira parte deste estudo.

Em relação aos trabalhos que publicamos anteriormente (Biscaia e Tawfeiq, 2016; Biscaia e Silva 2017a; Biscaia e Silva 2017b; Biscaia e Silva 2017c) o presente estudo, partindo das evidências da abrangência do fenômeno e da privação de recursos (Biscaia e Silva, 2017a) procura operacionalizar o trabalho de John Gaventa (1980) a partir do problema da não mobilização do grupo.

Neste sentido e em relação aos autores comentados na primeira parte deste trabalho, procuramos avançar na investigação propondo o instrumental lukiano e gaventiano à proposição de Alves (2012, texto não paginado) quando afirma que :

“[...] a camada social do precariado em si e para si, ainda é invisível no Brasil, tendo em vista que não encontram expressão organizada em movimentos sociais ou sindicais, capazes de incorporá-los como sujeitos de classe com suas especificidades sociais.”

É esta proposição, somada às evidências de privação de recursos, que nos leva à principal pergunta da presente pesquisa.

Como ponto de ancoragem para a análise – que serve, ao mesmo tempo, como um argumento a favor na adoção do pressuposto - propomos ainda a comparação da camada social do precariado altamente escolarizado no Brasil com a camada social em condições de similaridade em Portugal e Espanha com vistas ao principal aspecto nesta comparação, que é a observação da não mobilização e falta de expressão organizada por parte do primeiro grupo e a observação, no segundo grupo, de movimentos de contestação e expressão organizada de movimentos sociais no segundo grupo.

2.2 A abordagem unidimensional ou A abordagem do poder pela primeira dimensão

De acordo com Lukes (1980, p. 11-12) a abordagem unidimensional do poder “envolve um foco no comportamento de tomada de decisões em questões sobre as quais há um observável conflito de interesses (subjettivos), vistos como expressas preferências de política, reveladas pela participação política” num sistema aberto.

A aplicação desta abordagem ao objeto de pesquisa proposto permite observar que o conflito aberto marcado pela interação ente atores conscientes do caráter antagônico de suas preferências (Perissinotto, 2007, página 316) não ocorre.

Robert Dahl (2015), autor pluralista (da abordagem unidimensional) fornece algumas observações no aspecto da resposta dos excluídos:

“Entre uma condição de desigualdade objetiva e a resposta de uma pessoa excluída repousam as percepções, as avaliações, as expectativas - em resumo, a psiquê - do indivíduo. Para desgraça e espanto de ativistas que lutam para incitar o grupo de excluídos a se rebelar, a psiquê humana não

impele invariavelmente as pessoas privadas de igualdade a buscá-la, ou mesmo, às vezes, a almejá-la.” (p. 103)

O autor de Poliarquia ainda indica:

“Uma visão de mundo justificadora e ‘racionalizadora’ da desigualdade não persiste apenas porque ela traz vantagens às elites que se beneficiam do status quo. Entre os próprios excluídos, uma visão de mundo tão autonegativa pode ajudar a tornar uma existência miserável e, frequentemente, humilhante, mais suportável e compreensível. Um grupo confrontado durante um longo período com desigualdades aparentemente inelutáveis, pode aprender a manter baixas suas reivindicações, alinhando-as melhor assim com os duros limites do possível.” (2015, p. 108)

Segundo o programa de pesquisa dos subjetivistas (abordagem pluralista, unidimensional) este conflito não ocorre por que não há queixa para expressar. Sua abordagem da expressão de queixas é comportamentalista, de externalização. Em termos metodológicos esta abordagem apresentaria mais viabilidade no sentido de que a não expressão de queixas como efeito da relação de poder demonstraria, a partir da observação dos agentes em sua relação na arena política formal, que, se não há questões expressas, então não há conflito.

Ao considerarmos este grupo de bolsistas e a expressão de suas queixas em conflito aberto, observamos que este grupo não possui meios institucionais através dos quais suas preferências e suas queixas podem ser apresentadas, o que nos leva às indicações de Alves (2012) com relação à falta de expressão organizada em movimentos sociais ou sindicais, capazes de incorporar estes bolsistas precários como sujeitos de classe com suas especificidades sociais.

Diferentemente de grupos em condições similares tais como o movimento dos Precários do Estado e o movimento dos Precários Inflexíveis, em Portugal e o grupo Precárias à Deriva, na Espanha (Alves, 2012; Lorey, 2016, p. 97), o grupo objeto do estudo não está organizado ou inserido num movimento de contestação das

condições de trabalho experienciadas.³ Desta forma, não há neste grupo a expressão de queixas e o desafio em conflito aberto dado que não há para estes bolsistas a formação de um espaço de expressão das queixas. Isto nos leva à hipótese, explorada no próximo item, de que as relações de poder neste universo microsociológico se dão em sua segunda dimensão, ou seja, na prevenção do surgimento de questões a serem apresentadas e expressas em conflito aberto.

De acordo com Gaventa (1980) “como na abordagem unidimensional as pessoas agiriam sobre queixas reconhecidas, num sistema aberto, por elas mesmas ou através de líderes, então a não-participação ou inação não é um problema político” (p. 209-210, tradução do autor).

Esta abordagem considera em geral que a inércia ou apatia política está relacionada à baixa renda, baixo nível de educação, ou a culturas rurais ou tradicionais, mas não esclarece o que nestes elementos explica a quiescência (Gaventa, 1980, pos. 235). Neste sentido, a apatia política do grupo de bolsistas em relação a uma situação de privação não parece encontrar fundamento no aspecto baixo nível educacional. O grupo observado consiste em profissionais recém-formados nas áreas de pedagogia, psicologia, serviço social e direito, portanto são jovens com ensino superior completo.

Esta abordagem ainda “culpa a vítima” por sua não participação mas não explica o seguinte: por que, em condições similares, grupos/coletivos/movimentos de trabalhadores precários surgiram em regiões como Portugal e Espanha (inclusive fazendo pressão e vencendo disputas para que órgãos governamentais aprovassem medidas de combate à precarização) mas não surgiram em outras regiões e em outros grupos?⁴

³ André Singer (2013, p. 27), com relação à questão dos movimentos de contestação das condições de trabalho experienciadas pelo “novo proletariado”, sugere que os acontecimentos de junho de 2013 teriam sido compostos, entre outras camadas, por “trabalhadores, em geral jovens, que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho”. Neste sentido, houve a expressão de queixas, mas não teria havido a institucionalização de uma agenda.

⁴ Como exemplo de mobilização, temos o site da plataforma “Precários do Estado”, em Portugal: <<http://www.precariosdoestado.net/quem-somos/>>. Sobre as disputas na arena política formal: “Empresas públicas terão de integrar precários até 31 de Maio [de 2018].”: visto em <<https://tinyurl.com/y9c7a5m6>>, publicação em 03-10-17, acesso em 27-12-17.

Como diz Gaventa (1980, p. 2771/4288, tradução do autor), a metodologia pluralista assume uma consistência, uma relação direta entre os benefícios refletidos nas decisões da organização e o reconhecimento daqueles benefícios pelos potenciais atores cujos interesses são afetados. Se os resultados são favoráveis para as concepções de interesse do ator potencial então espera-se que ele responda pela quiescência ou pela expressão do consentimento; se desfavoráveis, espera-se que ele externalize a oposição, assim como seja apto a fazer ouvir suas queixas.

Como este estudo é uma análise exploratória dos fatores que levariam à não-mobilização e da aplicabilidade da abordagem tridimensional, não desenvolveu-se técnicas tais como aplicação de questionários e/ou entrevistas para a análise de dados relativos ao interesses percebidos pelos bolsistas e a comparação entre interesses percebidos e o resultados de atividades desenvolvidas por eventual órgão de representação; seria necessário ainda um levantamento de dados no sentido de comparar a percepção dos indivíduos em relação a suas demandas de condições de trabalho e a resposta a estas demandas por parte de instituições de proteção trabalhista e/ou do Estado no outro pólo da relação.

Se a concepção do que seja o interesse dos trabalhadores (no nosso caso, os bolsistas) e os benefícios refletidos nas decisões de um sindicato, instituição ou movimento que expresse eventualmente as queixas dos trabalhadores bolsistas são sinônimos, então, de fato, a metodologia pluralista na situação pode ser apropriada e as conclusões a que nos levaria esta metodologia seriam facilmente demonstráveis. Se, contudo, há uma lacuna significativa entre interesses percebidos e os resultados (outcomes) objetivamente mensurados, pode-se suspeitar que o 'consenso' expressado dos trabalhadores para com o regime/status envolva uma outra dimensão do poder (Gaventa, 1980, p. 2784/4288, tradução do autor).

Daí a necessidade de se abordar a relação de poder pela sua segunda dimensão, no sentido de verificar de que forma o conflito aberto pode estar sendo preventivamente não externalizado.

2.3 A abordagem bi-dimensional ou A abordagem do poder pela segunda dimensão

Perissinotto (2008, p. 37), ao tratar do que, na sua denominação, é a concepção objetivista do poder (“o poder como produção do consenso ilusório”), inicia com a seguinte questão:

“(…)Mas por que deveríamos aceitar sem contestação a afirmação de que o poder só se manifesta em relações marcadas pelo conflito entre atores conscientes do antagonismo de suas preferências? Tomar essa concepção como definitiva implica, como lembra Lukes, assumir o pressuposto de que todo consenso é genuíno, isto é, fruto de um acordo entre iguais e do qual estão ausentes o conflito e a imposição. Para os autores que defendem a concepção objetivista, duvidar dos consensos deve ser o ponto de partida para analisar as relações de poder.”

Neste sentido, por que considerar que os grupos de bolsistas objeto de estudo estariam politicamente apáticos em relação à precariedade das condições de trabalho? E o que explicaria esta apatia?

Bachrach e Baratz (2011, p. 151), ao duvidarem que o poder é totalmente incluído e completamente refletido em decisões concretas ou em atividades relacionadas diretamente à tomada de decisões (a arena política formal) lembram-nos que::

“(…)o poder também é exercido quando A devota suas energias na criação ou no reforço de valores sociais e políticos e de práticas institucionais que limitam o escopo do processo político submetido à consideração pública de apenas aqueles temas que são comparativamente inócuos para A.”

Considere-se em relação ao nosso objeto o caso de um bolsista descontente pelas condições de trabalho estabelecidas e evidenciadas na Parte I. Ofendido/ressentido com a estrutura/precariedade da relação de trabalho este bolsista decide lançar um ataque a esta política de gestão da força de trabalho em reunião com coordenadores do programa e do projeto de extensão. Mas no momento oportuno, ele permanece congelado em silêncio. Por quê? Entre as várias possíveis razões, utilizando-se o raciocínio de Bachrach e Baratz (2011, p. 151):

a) o bolsista estava temeroso de que sua tencionada ação pudesse ser interpretada como uma expressão de deslealdade para com a instituição; b) este bolsista decidiu que, dadas as crenças e as atitudes de seus colegas bolsistas, ele

quase certamente constituiria sobre este tema uma minoria de um; c) ele concluiu que, dada a natureza do processo de elaboração de regras da instituição, os remédios propostos seriam postos de lado permanentemente.

Qualquer que pudesse vir a ser o caso ou a soma de fatores, o que importa é que na medida que um indivíduo ou grupo – consciente ou inconscientemente – cria ou reforça barreiras para a aparição pública de conflitos em políticas públicas, esse indivíduo ou grupo tem poder.

A partir deste ponto consideramos que uma comparação entre os bolsistas recém-formados inseridos em projetos de extensão no Estado do Paraná e movimentos de bolsistas trabalhadores precários na Espanha e Portugal (Movimento 15-M, Precários Inflexíveis, Bolseiros pela integração no Estado, etc) seria uma técnica de pesquisa que contribuiria para esta análise da aplicabilidade do instrumental gaventiano ao problema da apatia política, dado que seria possível observar a presença ou ausência da mobilização de viés e comportamentos apáticos e comportamentos não-apáticos em grupos que se pode considerar similares no que diz respeito às condições de trabalho mas que se comportam de maneiras diferentes no plano político.

Perissinotto (2013, p. 152), em estudo sobre o procedimento comparativo em ciências sociais, ao falar sobre o método da diferença, diz o seguinte:

“No método da diferença, o investigador compara casos que são similares entre si, mas se diferenciam em dois aspectos: primeiro, alguns casos (os casos positivos) contêm o fenômeno a ser explicado, enquanto outros (os casos negativos), não; segundo, todos os casos positivos partilham uma condição que, entretanto, está ausente em todos os casos negativos. Essa circunstância comum, presente apenas nos casos positivos, é tida como a causa do fenômeno em questão. Como se percebe, chama-se método da diferença porque os casos, apesar de similares nos demais aspectos, diferem-se no que diz respeito à presença do fenômeno e em relação à presença da circunstância que o explica, encontrada somente nos casos positivos.”

Assim considerariam-se positivos, em relação ao objeto de estudo, os casos dos grupos de trabalhadores precários em que houve a mobilização e negativos aqueles em que ela não ocorre.

2.4 A abordagem tridimensional do poder ou A abordagem do poder pela terceira dimensão

Steven Lukes (1980), ao tratar da visão tridimensional, propõe a questão:

“(...) não é o supremo e mais insidioso exercício do poder, evitar que as pessoas tenham qualquer tipo de queixas ao moldarem-se suas percepções, conhecimentos e preferências, de tal modo que aceitem seu papel na existente ordem das coisas, seja porque não possam ver ou imaginar alternativa para ela, ou porque a vejam como natural e imutável, ou porque a valorizem como divinamente ordenada e benéfica? Pressupor que a ausência de queixas equivale a um genuíno consenso é apenas excluir a possibilidade de consenso falso, ou manipulado por decreto conceitual (p. 18).”

As pesquisas em torno dos mecanismos de poder denominados da terceira dimensão são poucas no campo da ciência política. A identificação destes mecanismos, de acordo com Gaventa, “envolve especificar os meios pelos quais o poder influencia, molda ou determina as concepções das necessidades, possibilidades e estratégias de desafio em situações de conflito social latente” (1980, p. 362/4288, tradução do autor). Isto envolve, de acordo com este autor:

“(...)o estudo sobre o que é comunicado e como é comunicado. Pode envolver um foco sobre os meios pelos quais legitimações sociais são desenvolvidas em torno do dominante e instiladas como crenças ou papéis no grupo dominado. O estudo destes mecanismos vai envolver, em síntese, localizar os processos de poder que permeiam a construção social de significados, as legitimações sociais e os padrões instilados como crenças ou papéis que servem para fazer com que B tenha percepções e uma consciência e aja de um modo pelo qual B de outra forma não agiria, em

benefício de A e em detrimento de B.” (Gaventa, 1980, p. 363-364, tradução do autor).

E segue Gaventa :

“Somando-se a estes processos, pode haver outros meios mais indiretos pelos quais o poder altera concepções políticas. Eles envolvem adaptações psicológicas ao estado de privação. Elas podem ser vistas como efeitos da terceira dimensão do poder, surgindo da impotência experienciada nas duas primeiras dimensões” (1980, p. 382, tradução do autor).

Dejours (2006, p. 36) neste sentido, no campo da psicodinâmica do trabalho, ao falar sobre estratégias psicológicas (individuais ou coletivas) defensivas que podem contribuir para tornar aceitável aquilo que não deveria sê-lo, sugere:

“Teriam o sofrimento no trabalho e a luta defensiva contra o sofrimento alguma influência sobre as posturas morais particulares e mesmo sobre as condutas coletivas no campo político? Esta questão não foi até agora considerada porque os especialistas da teoria sociológica e filosófica da ação geralmente hesitam em abrir espaço, em suas análises, para o sofrimento subjetivo.” (Dejours, p. 36; o grifo é nosso.)

É possível considerar ainda, entre estes processos, como mecanismo de poder da terceira dimensão os efeitos do neoliberalismo sobre os coletivos de trabalho. Os bolsistas objeto deste estudo estão inseridos em contexto de reestruturação produtiva e lógica neoliberal e gerencialista dos serviços públicos e ações do Estado (política de gestão da força de trabalho), nesta “empresa neoliberal” e na lógica gerencialista transferida para as organizações (privadas ou públicas), Dardot e Laval (2016, p. 227-228) apontam:

“A maior autonomia das equipes ou indivíduos, a polivalência, a mobilidade entre 'grupos de projeto' e unidades descentralizadas traduzem-se por um enfraquecimento e uma instabilidade dos coletivos de trabalho. As novas formas de disciplina da empresa neoliberal são exercidas a uma maior distância, de maneira indireta, antes ou depois da ação produtiva. O controle é feito por registro de resultados, por rastreabilidade dos diferentes momentos da produção, por uma vigilância mais difusa dos comportamentos, das maneiras de ser, dos modos de relacionamento com os outros, em especial em todos os locais de produção de serviços que tenham contato com a clientela e em todas as organizações em que a

operação do trabalho pressupõe cooperação e troca de informações.”(grifo nosso)

Um aspecto que os próprios Dardot e Laval consideram o aspecto positivo do neoliberalismo, no que este possui de produtor de subjetividades, é o efeito de constituição de uma subjetividade particular por meio de técnicas específicas, o aspecto propriamente disciplinar do discurso gerencial e a importância decisiva das técnicas de controle no governo das condutas (2016, p. 330). Esta “ 'captura' da subjetividade começa no percurso de escolarização superior e na própria dinâmica de organização pedagógica dos cursos superiores que produzem 'mentes ansiosas' adequadas ao estilo de vida 'just-in-time'” (Alves, 2012).

Rosa (2015, p. 401) sugere, em articulação com a teoria gramsciana, que:

“determinadas organizações subjetivas - em seu caráter cognitivo, afetivo e volitivo - são predominantes em determinados complexos ideológicos hegemônicos. Desta forma, devemos entender que alguns processos subjetivos perpassam grupos sociais como um todo, ainda que se manifestem singularmente a partir das particularidades de cada sujeito. Podemos dizer que assim como há uma ideologia hegemônica em determinado momento e contexto histórico, há também determinadas organizações subjetivas hegemônicas relacionadas a tais momentos e contextos.”

Temos ainda o recente campo da Psicologia Política, cuja proposta é pensar os processos de subjetivação política ou mesmo a emergência de novas subjetividades e o papel da política e das relações de poder nesse processo, o que pode contribuir e estabelecer diálogo com as hipóteses anteriores na investigação do fenômeno da apatia política sob foco.

A intenção aqui foi apresentar elementos (de forma exploratória) através dos quais o poder influencia, modela ou determina as concepções de necessidades, possibilidades e estratégias de desafio em situações de conflito social latente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não tem a pretensão de dar uma resposta definitiva ou descrever pormenorizadamente os aspectos das relações de poder entre trabalhadores precários e o Estado na condição de empregador, muito pelo contrário, a complexidade deste tema está além do nosso horizonte intelectual. Nossa intenção inicial foi a de realizar um estudo da aplicabilidade da abordagem tridimensional do poder e uma comparação exploratória entre a abordagem unidimensional (os pluralistas) e a abordagem tridimensional no que isso pudesse contribuir para a análise. Este exercício de pesquisa foi alcançado de maneira parcial e exploratória. Contudo, podemos tirar algumas conclusões da pesquisa.

Concordamos com Clemente (2011), acrescentando a mobilização do viés como aspecto de controle sobre a agenda decisória, quando afirma que Steven Lukes (e, na sua esteira, John Gaventa):

“ressalta que deve ser incorporado às análises sobre as relações de Poder o fato de que forças sociais e práticas institucionais podem determinar o controle sobre a agenda decisória e manter discussões potenciais fora do processo político não apenas por fatos observáveis, mas também por meios não observáveis, ou seja, aqueles que agem na esfera de construções de esquemas mentais na formação das preferências dos sujeitos.”(p. 18)

É “somente à medida que esses múltiplos aspectos da impotência são superados”, conforme Gaventa, “que se pode dizer que o conflito que emerge na primeira dimensão do poder é entre grupos relativamente concorrentes, em interesses claramente concebidos, em uma arena aberta” (1980, p. 4121-4125/4288).

Este trabalho procurou explorar o potencial heurístico do instrumental lukiano/gaventiano no sentido de que a relação de poder objeto de estudo constitui-se, a nosso ver, de uma complexa conjugação de faces/dimensões do poder.

O objetivo aqui não foi tratar as três concepções de poder como antagônicas ou excludentes entre si. Fazê-lo seria negligenciar a complementariedade entre elas. Esta conjugação das abordagens é importante porque permitiria operacionalizar as três dimensões apresentadas como opostas pelas visões episódica (ou unidimensional) e bidimensional (ou pelo menos quase nunca pensadas conjuntamente por elas).

Por um lado pode-se afirmar que o poder é exercido a partir do que se denominaria sua face objetiva, psíquica, sutil, imperceptível e que essa forma de

funcionamento do poder se inscreve/tem seu território no contexto político-ideológico da racionalidade neoliberal em seu aspecto “positivo” de produção.

Por outro lado, o poder também funciona através da exclusão de participantes e de agendas, o que Bachrach e Baratz (2011) chamam “a segunda face” do poder.

Por fim, este estudo sugere que a abordagem pluralista/unidimensional aplicada de forma isolada apresentaria limitações (teria menor potencial heurístico) no estudo do universo microssociológico objeto da investigação (segmento do precariado) e da relação objeto deste estudo (trabalhadores precários e Estado) pelo fato de o próprio status deste segmento (o precariado) ser o de grupo social sem expressão organizada em movimentos sociais ou sindicais no Brasil.

Importante destacar, por fim, que as hipóteses e a abordagem adotada não foram corroboradas empiricamente por razões já trazidas no início deste trabalho (a natureza da abordagem tridimensional, que destaca meios não observáveis) e pela natureza exploratória da investigação.

REFERÊNCIAS

ALVES, Giovanni. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2ª Edição. Londrina: Editora Praxis, 1999. 191 páginas.

_____, Giovanni. **Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho**. 2ª Edição. Londrina: Editora Praxis, 2007. 288 páginas.

_____, Giovanni . A educação do precariado. Blog da Boitempo, São Paulo, obra sem paginação, publicação em 17 de dezembro de 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____, Giovanni . O que é o precariado? Blog da Boitempo, São Paulo, obra sem paginação, publicação em 22 de julho de 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em: 23 out. 2017.

_____, Giovanni. Terceirização e neodesenvolvimentismo no Brasil. **Título da publicação**, Blog da Boitempo, texto não paginado, publicado em 11 de agosto de 2014. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/08/11/terceirizacao-e-neodesenvolvimentismo-no-brasil/>>. Acesso em: 20 de agosto de 2017.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Boitempo, 1999. 258 páginas. Coleção Mundo do Trabalho.

_____, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital**. Educação e Sociedade, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em< <http://www.cedes.unicamp.br> > Acesso em 03 out. 2017.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S.. **Duas faces do poder**. Rev. Sociol. Polit., Curitiba, Out. 2011, v. 19, n. 40, p. 149-157. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782011000300011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 25 Jan. 2018.

BEZERRA, Waldez Cavalcante; TAVARES, Maria Margareth Ferreira. **A precarização do trabalho no “terceiro setor”: um estudo a partir da realidade da terapia ocupacional em Maceió–AL.** Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar, São Carlos, volume 17, número 1, p. 25-32, Jan-Jun 2009. Disponível em: <<http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/115/80>> Acesso em 08 ago. 2017.

BISCAIA, F. R.; TAWFEIQ, R.. **Precarização do trabalho e projetos de extensão universitária: reflexões acerca do programa patronato penitenciário de ponta grossa/PR.** In: Simpósio Internacional Interdisciplinar em ciências Sociais Aplicadas - Tema: Desenvolvimento, Gênero e Condição de Pobreza, 1., 2016, Ponta Grossa. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://tinyurl.com/mtv9d9u>> Acesso em: 10 abr. 2017.

BISCAIA, F. R.; SILVA, S. C.. **A precarização do trabalho do bolsista recém-formado em projetos de extensão universitária no estado do Paraná - BR.** In: VIII Seminário Nacional Sociologia & Política - Tema: Direitos Humanos e Democracia: perspectivas e desafios contemporâneos, 2017, Curitiba. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://tinyurl.com/yys6clkc>> Acesso em: 20 ago. 2017a.

_____. **Precarização do trabalho e projetos de extensão universitária: reflexões sobre as condições de trabalho dos bolsistas recém-formados do Programa Patronato de Ponta Grossa/PR.** In: II Congresso Internacional de Política Social e Serviço Social: desafios contemporâneos, 2017, Londrina. Anais eletrônicos. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y94rlq5j>> Acesso em 20 ago. 2017b.

_____. **Precarização do trabalho do profissional recém-formado egresso do ensino superior em projetos de extensão universitária no estado do Paraná - BR: uma análise a partir do edital SETI/SESP?USF n. 002/2015.** In: VII Seminário Internacional - Teoria Política do Socialismo - Revolução Russa: 100 anos que abalaram o mundo “A transição como atualidade histórica”, 2017c, Marília. Anais eletrônicos. Disponível em <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/anais_completo.asp#GT411> Acesso em 06dez. 2017.

BRASIL. Lei n. 7210, de 11 de julho de 1984. **Institui a Lei de Execução Penal.** Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210.htm>. Acesso em 30 de abril de 2017.

CLEMENTE, Augusto Junior. **O poder: uma sistematização comparada dos conceitos subjetivista e objetivista.** 2011. 20 p. **Monografia** – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011. Disponível em:

<<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33148/AUGUSTO%20JUNIOR%20CLEMENTE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

COSTA, Márcia da S.. **O Sistema de Relações de Trabalho no Brasil: alguns traços históricos e sua precarização atual**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 111-131, Out. 2005. Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092005000300008> Acesso em 12-06-2017.

DAHL, Robert. **Poliarquia: Participação e Oposição**. 1. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015. - (Clássicos; 9).

DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: FGV, 1999.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 14. ed. - São Paulo: Ltr, 2015.

FILGUEIRAS, Vitor Araújo. Estado e direito do trabalho no Brasil: regulação do emprego entre 1988 e 2008. 2012. 471 f.. **Tese (Doutorado em Ciências Sociais)** - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

GAVENTA, John. **Power and Powerlessness: Quiescence & Rebellion in an Appalachian Valley**. Edição do Kindle, 1980.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17ª. ed.. São Paulo: Loyola, 2008.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marina de A.. **Fundamentos de metodologia científica**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 1991.

LOREY, Isabell. **Estado de inseguridad: Gobernar la precariedad**. Traducción: Raúl Sanchez Cedillo. 1ª Edição. Madri: Traficantes de Sueños, 2016. Disponível em: <<https://tinyurl.com/y7xg69a7>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

LUKES, Steven. **O poder: Uma visão radical**. 1ª Edição. Editora Universidade de Brasília, 1980.

OFFE, Claus. **Capitalismo desorganizado - transformações contemporâneas do trabalho e da política**. 2ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1995. 322p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI. **Edital n. 02/2015 da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - SETI e da Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária - SESP.** Curitiba: SETI, 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/jzedmdk>. Acesso em 30 de abril de 2017.

PARANÁ. Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária - SESP. Curitiba: SESP, 2017. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/>> Acesso em 30 de abril de 2017.

PERISSINOTTO, Renato M. História, sociologia e análise do poder. **Revista de História Unisinos**, São Leopoldo - RS, vol. 11, n. 3, set. 2007, p. 313-320, setembro a dezembro de 2007. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/5910>>. Acesso em: 31 ago. 2017.

_____, Renato M.. Poder: Imposição ou consenso ilusório?. In: Renato Freire Nobre (organizador). **O poder no pensamento social: dissonâncias.** 1ª Edição. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. 178 p.

_____, Renato M. Comparação, história e interpretação: por uma ciência política histórico-interpretativa. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 28, n. 83, out. 2013, p. 151-165. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092013000300010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 jun. 2017.

ROCHA, Marcelo Guilherme de Goes. Análise dos processos de atendimento realizados nos projetos desenvolvidos no Programa Patronato de Ponta Grossa. 2016, 60 p.. **Trabalho de conclusão de curso** – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa - PR – 2016.

ROSA, Leandro Amorim. **Participação política: diálogos entre consciência política e práxis política.** **Rev. psicol. polít.**, São Paulo , v. 15,n. 33,p. 391-403,ago. 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2015000200010&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 jan. 2018.

SÁ, Teresa. **“Precariedade” e “trabalho precário”: consequências sociais da precarização laboral.** Configurações [Online], 7, 2010, posto online no dia 18 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/configuracoes/203>>. Acesso em 30/06/2017.

ANEXO
DECLARAÇÃO DE AUTORIA

Eu, Felipe Ricardo Biscaia # _____,
CPF nº 049.112.829-08#, RG nº 8.831.683-5, declaro para os
devidos fins, em especial o de obtenção do grau de especialista em sociologia política,
que a monografia ora produzida é original e de minha própria autoria, assumindo ainda
total responsabilidade pela declaração firmada.

Ponta Grossa, 24 de maio de 2018.